



Petroluta

JORNAL DO SINDICATO
DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS E
DERIVADOS DE PETRÓLEO
NO ESTADO DE SÃO PAULO

Sede Central
R. Carlos Petri, 261 - VL. Mariana
São Paulo - SP - Fone/Fax: (11) 5549-1244
e-mail: spetrol@zema.com.br

Subsede Guarulhos
R. José B. de Medeiros, 144
Guarulhos - SP - Fone: (11) 2409-3024
e-mail: spetrol1@zema.com.br

Subsede Jundiaí
Av. Fernando Arens, 901
Vila Arens II - Jundiaí - SP
Fone: (11) 4817-1621

Subsede Osasco
R. Gasparino Lunardi, 314 - Km 18
Osasco - SP - Fone: (11) 3661-7519
e-mail: spetrolosasco@zema.com.br

Subsede Bauri
Rua Beruth, 4-77
Vila Sabora - Bauri - SP
Fone/Fax: (14) 3232-3260

Subsede Piracicaba
R. Afonso José Castello, 1944
Centro - Piracicaba - SP
Fones: (19) 3434-3432 / 3534

Subsede Sorocaba
Rua Marco Santus Flores, 19
Wander Ville - Sorocaba - SP
Fone: (15) 3359-1710 / 1711

Nº 183
MAIO 2015

Editorial

Pág. 02

Terceirização e o compromisso com os trabalhadores do Brasil

Sindicás

Pág. 03

Patronal não atende reivindicações

BR

Pág. 03

Diretores fazem reunião

UG

Pág. 03

Empresa assume compromisso com Sipetrol

GREVE

Pág. 04

Todo nosso apoio aos professores

João Faísca

Pág. 04

Veja como ficaram os benefícios trabalhistas

Mobilização

Dia do Trabalhador intensifica luta contra a terceirização

Cerca de 50 mil pessoas, inclusive membros do Sipetrol-SP, participaram do 1º de Maio popular realizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Vale do Anhangabaú. Durante o evento, líderes políticos, sindicais e de movimentos sociais levantaram bandeiras em favor da classe trabalhadora, principalmente a luta contra o PL 4330, já aprovado na Câmara, que permite a terceirização em todas as atividades das empresas.

“Se o PL 4330 for aprovado quem concorda em fazer uma greve geral?”, questionou no evento o presidente da CUT, Vagner Freitas. A central sindical organiza uma paralisação geral para o dia 29 de maio. O projeto ainda precisa ser votado no Senado e depois a presidente Dilma Rousseff pode vetá-lo ou sancioná-lo.

Outro ponto de defesa no Dia do Trabalhador foi a defesa da Petrobras. Para Cibele Vieira, da Federação Única dos Petro-



Foto: Roberto Parizotti

leiros, toda vez que há disputa de projeto a Petrobras volta para o centro do debate. “A Petrobras se tornou a maior petrolífera no mundo, seria ingenuidade da nossa parte achar que os interesses internacionais não viram com mais força contra nosso projeto popular de usar o petróleo para desenvolvimento da indústria nacional, saúde e educação”.

O presidente da CUT lembrou a importância de se defender a

Petrobrás e a luta contra a corrupção. “É uma importante ferramenta para o desenvolvimento do Brasil. Esse óleo negro pode financiar políticas importantes para o país e não pode ser privatizado. A bandeira contra a corrupção é a nossa e a defendemos. Se houver algum corrupto na Petrobras, quando comprovado for, que seja preso. A Petrobras é patrimônio brasileiro”, finalizou Vagner.



Foto: Roberto Parizotti

Lula

O ex-presidente Lula também discursou no palco. Em sua intervenção, Lula focou em dois pontos principais. Justamente a terceirização para todos os setores da empresa e a redução da maioridade penal.

Para ele, apoiar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171 é cometer um crime. “Esse tema é caro às periferias e aos trabalhadores. Uma parte da elite brasileira acha que vai resolver o problemas do Brasil mandando um moleque de 15, de 16 e 17 anos pra cadeia. Mas eu pergunto o que fizeram nesses 500 anos que não deram oportunidades para esses jovens que caíram no crime”, questionou.

As consequências da terceirização sem limites serão sentidas em toda a sociedade.

Jacy Afonso de Melo é secretário nacional de organização da CUT

Terceirização e o compromisso com os trabalhadores e com o Brasil

Aprovado pela Câmara dos Deputados com truculência, apesar da resistência de organizações sociais e de trabalhadores lideradas pela CUT, ao retirar os freios colocados para a contratação de terceirizados, o PL 4330 libera-a também para as atividades-fins, mercantilizando ainda mais o trabalho humano e fragmentando profundamente os rotos laços de solidariedade do processo civilizatório. A ampliação da terceirização é mais um item do retrocesso social escancarado no Brasil após as eleições de 2014, quando o conservadorismo fez crescer suas garras na sociedade brasileira.

O debate sobre a terceirização tem sido apresentado somente como uma disputa entre trabalhadores e empresários. Eviden-

temente que é fundamental o destaque de que a terceirização ampla e sem critério implica em maior degradação do nível de relacionamento entre empregado e empregador, desestruturando as categorias e enfraquecendo o movimento sindical. O terceirizado, além de receber salários inferiores, é o maior afetado por doenças e acidentes de trabalho, não se identifica com as categorias profissionais da empresa tomadora de serviços e tampouco com os da empresa empregadora, que nem sempre tem um ramo de especialidade, simplesmente fornecendo mão-de-obra. Essa situação mercantiliza o trabalho e desconsidera as relações do processo civilizatório jogando a todos na selva do salve-se quem puder.

A maioria das pessoas assiste ao debate, como se não lhe dissesse respeito. Parece que não se sente desconfortável com o fato de que uma parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras está à mercê de explorações descabidas. Aparentemente, nem sequer percebe a possibilidade de ser atingido pelo processo terceirizador.

Infelizmente, a maior parte da população que exerce seu direito de voto não se vê como coautora do processo desrespeitoso e abusivo estabelecido na Câmara dos Deputados. É comum que ainda hoje muitos votem em pessoas e por outras motivações outras que não o compromisso solidário de escolher representantes que defendem o interesse da maioria e não os de grupos específicos que, em geral, não veem os iguais seres humanos como merecedores de direitos. Achamos absurda a escravização de trabalhadoras e trabalhadores, mas não conseguimos associar que aqueles que defendem a terceirização representam segmentos que tiveram suas campanhas eleitorais financiadas

por empresas que mantêm trabalho escravo. Coincidência? Claro que não! Pesquisas do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp apontam que 90% dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo eram terceirizados.

As consequências da terceirização sem limites também serão sentidas em todo o lastro social. Na economia, a diminuição do poder aquisitivo de um número muito maior de trabalhadores terceirizados reduz a capacidade de compra e provoca a contração no ciclo econômico, o fechamento de postos de trabalho e o desemprego. O aumento dos acidentes de trabalho impulsiona o número de benefícios previdenciários que são resultados solidários da contribuição de todos nós.

Os direitos sociais serão atingidos frontalmente. Com a diminuição da massa salarial e os possíveis impactos nos programas sociais, as desigualdades e a discriminação serão aprofundadas, violando os direitos fundamentais e o princípio constitucional de que todos somos iguais.

No âmbito sindical, longe de resolver a questão da sua estrutura, a terceirização sem controle levará ao esfacelamento das representações. Afinal, a atividade da empregadora é fornecer mão-de-obra e os trabalhadores podem estar cada dia em uma tomadora de serviços diferente, inseridos em locais de trabalho distintos, convivendo com categorias diferenciadas e, portanto, sem identificação com o segmento econômico da empresa-cliente.

Isso sinaliza que o modelo proposto no Projeto de Lei 4330 não é adequado à chamada “modernização” das relações de trabalho, não condiz com mudanças positivas na estrutura sindical e não considera os interesses fundamentais da sociedade brasileira.

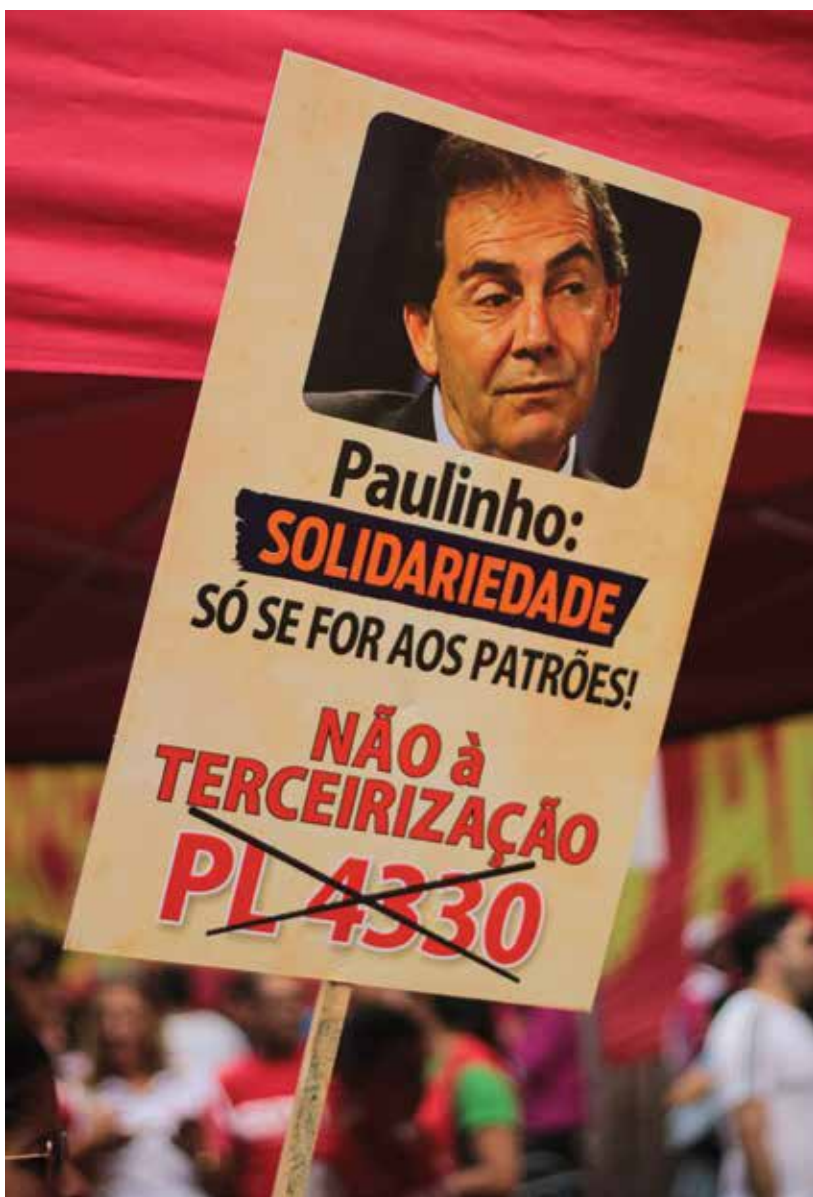


Foto: Sueliton Lima

Petroluta

Sipetrol Sede: (11) 5549-1244
Email: sipetrol@terra.com.br
Site: www.sipetrol.org.br

Distribuição dirigida e gratuita. Retire o seu Petroluta na sede ou na subsele mais próxima.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo

Diretor Responsável: José Floriano da Rocha

Jornalista Responsável: Jeferson Martinho - MTB 31886

Redação, Edição e Editoração: Nova Onda Comunicação - F. (11) 3654-4172 - www.novaon.com.br

Aconteceu

Fique por dentro das principais notícias dos fatos que ocorreram durante os meses de abril e maio.

Sindicás: Setor patronal não atende reivindicações dos trabalhadores

No dia 14 de abril o Sipetrol, juntamente com a Federação dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivado de Petróleo no Estado de São Paulo (Fepetrol) e os demais sindicatos filiados, fez a reunião semestral com o Sindicás (Sindicato Patronal) para discutir as reivindicações dos trabalhadores.

O setor patronal, no entanto, não atendeu a nenhum dos nossos pleitos. O argumento é de que a pauta de reivindicações dos trabalhadores não poderia ser atendida porque as empresas não têm condições, e que as reivindicações apresentadas são

típicas de data-base. Ou seja, companheiros, o setor patronal mais uma vez empurrou com a barriga a nossa pauta de reivindicações.

Para os representantes dos trabalhadores, esse argumento usado pelo setor patronal não nos convence e também não convence os trabalhadores. O que os patrões fizeram foi ignorar totalmente as nossas reivindicações. Diante da negativa do setor patronal, cabe a nós, sindicatos e trabalhadores, nos mantermos unidos e organizados, para que no momento certo possamos reverter esse quadro.



Diretores se reúnem com representantes da BR



Nas reuniões das comissões permanentes e da quadrimestral de acompanhamento do ACT, os representantes dos trabalhadores cobram da companhia o que não está em conformidade, como a crescente saída de médicos e dentistas da AMS, problemas no call center, benefício farmácia (na próxima reunião a BR se comprometeu em apresentar uma proposta com o modelo de pré-pagamento) e cobertura dos procedimentos de grande risco.

Na SMS cobramos a implantação de um reconhecimento para os brigadistas (a BR se comprometeu

em apresentar uma proposta na negociação do próximo ACT), e cobramos que a avaliação de desempenho do pessoal da SMS das bases e aeroportos fosse realizada pela gerência de SMS.

Foi discutida uma forma de se fazer o mais rápido possível o pagamento da PLR aos trabalhadores, pois nenhum de nós foi responsável pelos desmandos cometidos por algumas pessoas fora da lei, que estavam em postos-chave. Mas a direção da Cia. manteve o entendimento que só poderíamos seguir adiante na discussão após a apresentação do balanço auditado.

Empresa Mildo Alves paga abono aos funcionários

A terceirizada que realiza os abastecimentos de aeronaves no aeroporto de Cumbica pagou aos seus empregados o abono salarial previsto na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicom.

Após pressão do Sindicato, com a participação dos trabalhadores, a empresa Mildo Alves cumpriu o CCT, pois seus empregados executam as mesmas tarefas das empresas congêneres do ramo de distribuição de combustíveis (Air BP e Shell), que operam em Cumbica e também cumprem a Convenção negociada entre o Sipetrol-SP e o Sindicom.

Empregados com a importância dos técnicos de abastecimento não podem ser relegados a um segundo plano, como pretendida

fazer a Petrobras Distribuidora, simplesmente alegando que o problema não é dela. Isso é uma vergonha. Dirigentes do Sipetrol-SP jamais tinham visto tamanha irresponsabilidade. A empresa terceiriza uma área fim e extremamente estratégica e ainda dá as costas para o que ocorre. Cabe a pergunta: de quem é a responsabilidade caso ocorram atrasos nos abastecimentos, ou caso ocorra algum acidente mais grave?

Os empregados da Mildo Alves emitem NF da Petrobras Distribuidora, usam o seu uniforme e equipamentos e devem ser tratados com o devido respeito. O sindicato sabe disso e os empregados podem contar sempre conosco.

Empresa UG assume compromisso com Sindicato

No dia 23 de abril, os diretores do Sipetrol Juraci Rodrigues Araujo, Geraldo Pereira da Silva e Rubens Peres participaram de reunião em Jundiá com Antonio Vicenzo, representante da Singasesp (Sindicato Patronal da

Revenda de Gás Interior) e Isabel Buzzo, Ana Carolina Goncalves e Viviany Rocha Gomes, representantes da empresa UG Comercio de Gás e Instalações.

O assunto da reunião foi a discus-

são dos seguintes pontos de pauta:

1. *Melhoria nos banheiros;*
2. *Implantação do relógio de ponto.*

Com relação ao primeiro ponto, a empresa UG se compromete a regu-

larizar o banheiro externo no prazo de 30 dias, com instalações de vasos sanitários. Para o segundo ponto da pauta, a empresa iniciará a implantação do relógio de ponto até o mês de setembro.

Fique Atento

Trabalhadores devem denunciar empresas que não pagam PLR

Os trabalhadores que atuam nos Revendedores de Gás da Capital, Grande São Paulo e Interior devem ficar atentos ao pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Conforme Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), os trabalhadores que trabalham nos Revendedores da Capital e Grande São Paulo têm direito a receber 50% do salário, acrescido do adicional de periculosidade, quando devido, se o pagamento ocorrer até 30 de abril de 2015. Porém, se o pagamento da PLR ocorrer de 1º maio até 31 de agosto de 2015, deverá ser pago 120% do salário, acrescido do adicional de periculosidade.

Já quem trabalha nos Revendedores do Interior tem direito a receber de

PLR 50% do salário, acrescido do adicional de periculosidade, quando devido, se o pagamento ocorrer até 30 de abril, com teto de R\$ 900,00. E 120% do salário, acrescido do adicional de periculosidade, se o pagamento ocorrer a partir de 1º de maio de 2015, sem teto.

Os trabalhadores devem denunciar as empresas que não fizeram o pagamento nesse período, assim como qualquer tipo de irregularidade como: trabalhar sem registro na carteira de trabalho, sem

pagamento de horas extras, sem vale refeição, cesta básica e outros.

Fiquem atentos para não serem surpreendidos, pois é bastante comum as empresas fecharem seus depósitos de gás e não pagarem os direitos dos trabalhadores. Por isso, estamos chamando atenção de todos para procurarem o Sindicato tão logo comecem problemas desse tipo. Somente assim o Sindicato poderá tomar as medidas cabíveis para que os seus direitos sejam respeitados.



Diretores do sipetrol visitam trabalhadores da empresa Gilberto Daniel Junior Gás e esclarecem dúvidas sobre PLR

Greve

Todo nosso apoio aos professores!!!

A greve dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo completou dois meses no dia 13 de maio. Segundo a presidenta do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Maria Izabel Azevedo Noronha, a greve continua porque a categoria considera inadmissível a posição do secretário es-

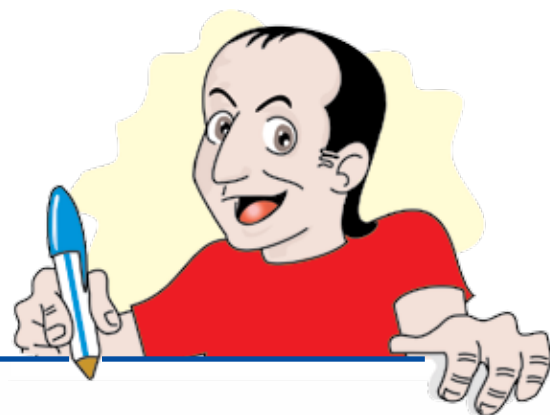
tadual da Educação, Herman Voorwald, “de não oferecer nada” à categoria, que pede reajuste de 75% e melhores condições de trabalho.

O secretário de Educação disse que não há qualquer possibilidade de o governo oferecer aumento aos professores neste momento. “A secretaria não apresentará

qualquer proposta se não tivermos absolutamente claro o comportamento da arrecadação do estado”, disse.

Com isso, o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) se recusa a negociar e ainda iniciou o corte do ponto dos professores grevistas.

Uma nova assembleia da categoria acontece nesta sexta-feira, 15 de maio, no Vão Livre do Masp, na avenida Paulista. É hora de dar todo o apoio aos professores em greve não só em São Paulo, mas também no Paraná, onde a administração do governador Beto Richa (PSDB) trata a greve como caso de polícia.



Saiba o que muda nos benefícios trabalhistas

Apesar da pressão exercida pelas centrais sindicais, a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 665, que muda regras para acesso a benefícios trabalhistas, como o seguro desemprego e abono salarial. A MP já está em vigor, mas ainda precisa ser aprovada pelo Senado para continuar a ter efeito. Veja como era e como ficaram as regras:

	COMO ERA	COMO FICA
Seguro-Desemprego	Tem direito quem trabalhou por 6 meses e perdeu o emprego.	Só poderá ser solicitado pela primeira vez após 12 meses de trabalho. Pela Segunda vez, a partir de nove meses, e pela terceira vez, com seis meses de trabalho.
Abono Salarial	É pago para quem trabalhou pelo menos 30 dias em um ano e recebeu até 2 salários mínimos.	Agora, o trabalhador precisa estar empregado há 6 meses sem interrupção, e o pagamento passa a ser proporcional ao tempo de trabalho.
Auxílio-Doença	Limitado ao teto do INSS e empresas arcavam com um custo de 15 dias de salário antes do INSS.	Passa a ter como limite a média das últimas 12 contribuições e as empresas passam a pagar os 30 dias antes do INSS.
Pensão por Morte	Requerimento não colocava exigências ao dependente.	Tempo mínimo de 2 anos de casamento ou união estável e 2 anos de contribuição para ter acesso ao benefício.



Novas regras desde março de 2015.

João Faisca



Foto: Inácio Teixeira / coperphoto.com.br



Acompanhe diariamente as principais notícias da categoria!

Acesse: www.sipetrol.org.br